

Costa Couto diz hoje até onde Governo cederá

Ele tem reunião com parlamentaristas para discutir os poderes do Congresso e os do Presidente



Cabral, Covas, Richa e Arinos: conversas sem fim sobre o sistema de governo e a Assembléia Constituinte. Até quando?

Hoje, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto terá um encontro com os representantes da comissão parlamentarista na Constituinte, integrada pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e os senadores José Richa (PMDB-PR) e Afonso Arinos (PFL-RJ), este último presidente da Comissão de Sistematização. O objetivo da reunião — que Costa Couto classificou de “encontro-de-trabalho” — é discutir os pontos que o Governo defende para o fortalecimento do Legislativo, e assim facilitar a negociação para aprovação do Presidencialismo como sistema de governo.

Costa Couto confirmou

que o Governo lutará pelo sistema presidencialista moderno, que pressupõe um Legislativo forte e participativo e um Judiciário aparelhado — de recursos humanos, meios materiais e financeiros — para desempenhar sua missão. Pois “sem essas condições não é possível uma democracia de fato”, concluiu o ministro.

OS PONTOS

Na reunião de hoje Costa Couto, do lado do Governo, e os três parlamentares, da facção parlamentarista, analisarão os pontos que o Executivo entende devem ser incorporados ao substitutivo Bernardo Cabral visando o fortalecimento do

Legislativo, e que o ministro relacionou:

O Congresso Nacional voltará a legislar sobre matéria financeira; passará a autorizar a contratação de empréstimos externos; será dotado de amplos poderes para fiscalizar o orçamento da União; poderá recorrer ao voto de desconfiança através do qual, com os votos da maioria, colocará determinado ministro sob suspeição, tanto sem condições políticas de continuar no Governo, e, em seguida, com os votos de dois terços das duas Casas, o Legislativo poderá vetar os ministros que não mais mereçam a confiança dos congressistas.

Planalto volta a falar em veto

Nos próximos dias — possivelmente ainda neste fim de semana — o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, vai receber do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, documento contendo as propostas do Governo visando o fortalecimento do Legislativo num sistema Presidencialista de Governo.

Entre as propostas a serem entregues a Cabral constam os seguintes pontos: o Legislativo passará a exercer controle efetivo sobre o orçamento da União voltará a legislar sobre matéria financeira, todas as contratações de empréstimos externos passarão a ser autorizadas pelo Congresso Nacional — mediante a manifestação de dois terços das duas Casas — poderá vetar os ministros de Estado que não correspondam à expectativa dos congressistas.

OTIMISMO

Bernardo Cabral foi ontem ao ministro Ronaldo Costa Couto para saber “concretamente”, “como” e “de que forma” o Governo pretende fortalecer o Legislativo num sistema Presidencialista. Saiu do encontro talvez o mais im-

portante da semana, em termos de negociação — com a promessa de Costa Couto de que nos próximos dias o Governo entregará um documento com as propostas visando o fortalecimento do Legislativo. Otimista, o relator foi almejar com o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, relator de uma conversação com o ministro. O almoço foi na residência de Ulysses Guimarães.

Após o almoço, Bernardo Cabral foi encontrar-se com o mesmo objetivo — com os senadores Mário Covas, (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR), ambos parlamentaristas convictos. Toda esta negociação, e as próximas que ocorrerão até o dia 13, tem como finalidade “tentar encontrar um consenso em torno do sistema de governo, reduzir ao máximo os pontos polêmicos da Constituição”, informou Bernardo Cabral.

“Todo nosso esforço será como objetivo negociar até a exaustão, evitar confrontos. Mas queremos reafirmar que isto não significará que aceitemos qualquer imposição. Nem por parte do Governo, nem por

parte do Legislativo adiantou Bernardo Cabral.

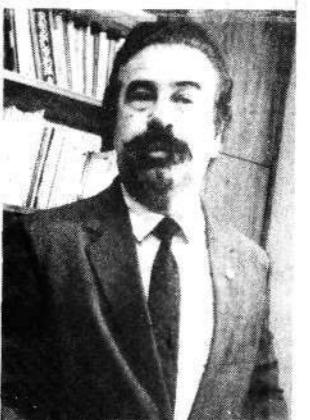
ANISTIA

Um dos pontos que o relator garantiu não aceitar imposição foi o referente à anistia aos militares cassados. “O problema da anistia aos militares não sofrerá alteração no meu substitutivo. Sou responsável pela redação dos artigos e respectivos parágrafos sobre o assunto, assumo a responsabilidade por eles e vou mantê-los”, prometeu o relator. Mas disse que se for apresentada alguma emenda supressiva que o convença — por exemplo desconsiderando os ex-combatentes do litoral como heróis de guerra, poderá acolhê-la.

Também em relação à questão tributária — uma das mais polêmicas e rejeitadas pelo Governo — o relator da comissão de sistematização garantiu que não sofrerá qualquer modificação. “Esta questão é da responsabilidade do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. E ele que terá de convencer os constituintes”, declarou Cabral. O relator reconhece que o ministro não vem tendo sucesso nas conversas que vem mantendo com os parlamentares mas acha que “ele terá de continuar conversando até convencê-los”.

Emenda fortalece o Congresso

Sem poupar esforços, o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) procurou ontem passar à imprensa a ideia de que era o mentor intelectual, autor e redator da emenda presidencialista que apresentou e resume o pensamento do Palácio do Planalto a respeito de sistema de Governo. Mas o líder Carlos Sant'Anna afirmou que Theodoro apenas deu forma final ao texto reunindo as ideias de diversos constituintes e no qual teve efetiva ajuda de assessores presidenciais.



Theodoro Mendes

Theodoro Mendes nem disfarçou sua irritação perante um grande grupo de jornalistas que ocorreu a seu gabinete por volta das dezesseis horas, estimulados por informações do próprio Sant'Anna de que ele iria anunciar a emenda. O peemedebista de São Paulo acabou dizendo que até teria orgulho de servir ao Governo com um texto do seu agrado, reafirmou laços de amizade com assessores palacianos e depois reclamou da conotação que se tentava dar sobre a autoria da emenda.

Em determinado momento, Mendes se perturbou, ao anunciar que na questão do voto de censura aos ministros havia possibilidade mesmo de veto presidencial, mas este poderia ser derrubado pelo Congresso com dois terços de votos em plenário. Na verdade, há três dias, conversando na porta da liderança do Governo, enquanto aguardava Sant'Anna, Theodoro Mendes foi enfático ao revelar que numa emenda antiga, que havia redigido sobre presidencialismo, incluía voto de censura a qualquer ministro, inclusive militares.

Bonifácio quer mudança gradual

O presidente Sarney terá um mandato de seis anos, e em 1988 nomeará o primeiro-ministro — e o respectivo Conselho de Ministros — delegando a ele as atribuições que julgar convenientes para as atividades de seu governo, podendo exonerar os ministros a qualquer tempo, sem audiência da Câmara dos Deputados. O parlamentarismo será adotado definitivamente em 1990. Isto é o que estabelece a primeira proposta em discussão para a implantação gradual do sistema redigida pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), após reunião, na última quinta-feira, dos parlamentaristas. A sugestão começou a ser examinada ontem pelo grupo dos 32, que apoia o gradualismo mas ainda não se definiu quanto ao texto de Bonifácio. Entre os parlamentaristas, há divergências quanto ao início da implantação do sistema — se imediatamente após a

promulgação da Constituição, se depois de 90 dias ou se no sexto mês.

Pela proposta, que deverá ser encaminhada por Bonifácio como emenda ainda hoje, somente em 1989 o primeiro-ministro será submetido à Câmara dos Deputados, que precisará de dois terços dos votos dos seus membros para destituí-lo, o que implicará na demissão de todos os membros do Conselho de Ministros. E no início da legislatura de 1990 o presidente nomeará o primeiro-ministro para exercer a chefia do Governo. As eleições para presidente serão realizadas em 15 de novembro de 1990, e a posse do eleito ocorrerá em 15 de março de 1991.

A sugestão, lida pela manhã por Bonifácio e pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) para os integrantes do grupo dos 32, que estavam reunidos no Instituto Israel Pinheiro, estabelece ainda que

em 1988 o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros transmitirão à Câmara o Programa do governo para o exercício administrativo, logo após a sua nomeação, e o primeiro-ministro ou membro do Conselho comparecerá mensalmente à Câmara para debater questões relativas à execução do programa.

Em 1989, o voto de desconfiança será apresentado com a assinatura de 50 deputados, no mínimo, sendo votado em cinco dias, e uma vez não aprovado pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, ficará prejudicado. Se aprovado, o presidente submeterá outro nome a apreciação da Câmara, repetindo-se a providência em seguida, se ocorrer a mesma hipótese. Tudo isto entrará nas disposições transitórias da Constituição, e nas regras permanentes seria estabelecido um modelo parlamentarista.

Reforma agrária não obtém acordo

A reforma agrária continua sendo o principal entrave para a formalização de um acordo entre os Grupos dos 32 e do Consenso. A 24 horas do encerramento do prazo para a entrega das emendas, os dois grupos desistiram também de dar andamento às negociações sobre a criação do Tribunal Constitucional, rechaçado pelos constituintes liderados pelo senador José Richa.

O grupo coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) mantém-se irredutível quanto à introdução da missão automática da posse da terra, para efeitos de reforma agrária. Os constituintes do Grupo dos 32 não concordam com essa posição. Argumentam

que a missão de posse deve ser regulada em lei ordinária por tratar-se de matéria processual. Outro empecilho para se “fechar” o acordo foi a criação do Tribunal Constitucional, sustentada pelo grupo do Consenso. Porém, o Grupo dos 32 quer a manutenção do Supremo Tribunal Federal.

Ao final de uma reunião à tarde no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, os dois grupos haviam chegado a um acordo sobre os seguintes temas: comunicação, princípios gerais da economia, seguridade social (sistema de seguridade social-saúde e previdência e assistência social), anistia e educação.

Governo é comparado a CUT e CGT

“A vontade do Executivo é tão representativa quanto a da CUT, da CGT ou de qualquer outra entidade civil. A Constituinte não pode pautar sua conduta pelos interesses do Governo”. Foi o que afirmou ontem o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, ao comentar a campanha presidencialista.

Covas falou logo após uma reunião com o relator Bernardo Cabral, o senador Afonso Arinos e os coordenadores dos grupos do Consenso (deputado Euclides Scalco) e dos 32 (senador José Richa). Durante o encontro, o relator da Constituinte comprometeu-se a aproveitar em seu próximo substitutivo todos os pontos consensuais negociados entre os dois blocos, além de aguardar até o final do seu prazo por um entendimento em torno dos temas que permanecem sem acordo (sistema de Governo e reforma agrária). Se não sair um ponto comum em relação a estes temas, ele prometeu espelhar em seu projeto o “sentimento majoritário” da Constituinte.

A julgar pelas declarações dos que participaram da reunião, contudo, pelo menos em relação ao regime de Governo não haverá acordo. Excluindo o próprio relator, que saiu apressadamente ao final da conversa, todos foram unânimes em apontar como “difícil” um entendimento a respeito deste assunto. O senador Mário Covas foi mais longe: criticou o diálogo iniciado por uma comissão de parlamentaristas “fora dos limites da Constituinte” (ou seja, junto ao Governo) e ainda lançou farpas contra o “ranço autoritário” que estaria presente nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo.

Autorizado pelos demais a relatar os resultados do encontro de ontem, o líder do PMDB na Constituinte (linha surpresas reservadas para a imprensa. Pela primeira vez, ele admitiu explicitamente que é parlamentarista (até então era incluído no rol dos presidencialistas), chegando a apontar os requisitos sem os quais considera qualquer acordo “impraticável”: a existência da moção de censura e a possibilidade de dissolução da Câmara.

STF espera mas Sarney dá resposta

O presidente José Sarney assinou ontem às 15h a notificação enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido do advogado do ex-governador Leonardo Brizola, Wilson Mirza. A interpelação enviada a Sarney foi subscrita pelo presidente do STF, ministro Rafael Mayer, no dia 21 de agosto, mas só ontem o oficial de justiça designado pelo Supremo foi recebido pelo Presidente.

Sarney respondeu ao STF duas horas depois, anexando a resposta um texto em que o deputado Koyu Iha nega ter ouvido do Presidente qualquer acusação a Brizola pelo incidente no Rio. Segundo a declaração atribuída ao deputado, Sarney teria usado a frase “isto é coisa do Brizola”, ao comentar o apedrejamento do ônibus de sua comitiva, dia 25 de junho, no Rio de Janeiro. A frase levou o ex-governador do Rio a interpor judicialmente ao Presidente da República.

Brossard estuda ação contra Cimi

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, acusou, ontem o Cimi de ter a finalidade de “desagregar o Brasil” e anunciou que, por isso, inclusive está sendo estudada a possibilidade de responsabilizar o Conselho. Brossard disse que não poderia falar especificamente em relação à confirmação do repasse de Cr\$ 126,3 mil a Federações das Organizações Indígenas do Rio Negro, porque não viu os documentos. Mas argumentou que só a posição que a entidade encaminhou à constituinte já basta, pois é “profundamente antinacional”.

— Não é possível que uma entidade, tenha o tipo que tiver, possa pretender desagregar o Brasil. E é esta a finalidade desta entidade. Pelo menos no que tange ao que ela fez, ao que apresentou à Constituinte, é um projeto de desagregação do Brasil, de divisão do Brasil”, justificou Brossard ao falar da possibilidade de responsabilização.

Segundo ele, o projeto do Cimi pretende, em primeiro lugar, definir o Brasil como uma multinacional. Isso, de acordo com que acrescentou, já seria o bastante, pois importaria em revogar quase cinco séculos de civilização, de história e de cultura. O ministro disse que, além disso, a proposta do Cimi declara expressamente que as nações indígenas seriam nacionalidades autônomas entre si e distintas da nacionalidade brasileira. E, como se não bastasse, conforme afirmou, ainda quer que as nações indígenas sejam declaradas como pessoas jurídicas de direito público interno. Por fim, na opinião do ministro, a proposta dá talvez uma de suas motivações, ao sustentar que as riquezas minerais não poderiam ser exploradas a não ser pelas nações indígenas. Brossard não vê possibilidade deste problema do Cimi alterar as relações entre o estado e a igreja.

LEONARDO MOTA

Volta a 61

O presidente Sarney está ciente de que tudo fez para abrir espaço a uma ampla discussão partidária, e também ao nível da Constituinte, sobre a melhor forma de governo que convém ao País. Em discurso pronunciado em maio, Sarney fez uma exortação à clarividência da classe política para que recolhesse em debates profícuos o melhor destino institucional, se mantinha o presidencialismo com arranjos de concepção e valor, ou se optava pelo parlamentarismo, puro ou com menor teor possível de poluição ideológica.

Mas veio a ideologia, que é o maior dos males quando se nutre do sectarismo, e quer impor o parlamentarismo seja de forma gradual ou de modo a que o Executivo conserve poderes limitados tendo o Congresso o ponto focal da soberania para fiscalização e controle.

O Presidente considera legítimo, portanto, que agora intervenha no debate final, sob forma de um gerenciamento à distância, e uma ação de convencimento nas bancadas que o sustentam de que não deve ceder em hipóteses adaptadas do parlamentarismo, pois irão criar no futuro obstáculos institucionais, empecilhos administrativos e suspeitas dos núcleos de força remanescentes do antigo regime, que levarão o poder civil a um cone de sombra.

Apologistas sem convicção do parlamentarismo, seus defensores, na maior parte, podem vir a repetir a interdição que os militares praticaram em 61 contra o vice-presidente João Goulart. E vão forçar, se ganharem na Comissão e no plenário, a que os militares — que estão longe de ser os nomes de 61 — e todos os presidenciais da esquerda à direita se juntem ao Presidente da República para derrubarem o parlamentarismo num plebiscito. Inclusive jogando o Governo numa prática fascistoide, que é a do plebiscito, que mais identifica regimes de força, para a convalidação de suas práticas.

O presidencialismo, como já está, não deve, no entanto, ser o parâmetro do que há de ser defendido. Adverte Aureliano, a forma de governo presidencialista com a exacerbção de poderes do Executivo. Por assim dizer o Ministro das Minas e Energia está mais alinhado com os que desejam a permanência do presidencialismo, mas com a devolução de prerrogativas ao Congresso para que se torne o funcionalismo capaz de fiscalizar e controlar o Executivo. No dizer do senador Marco Maciel, tornando o Congresso equipotente.

FALTOU LUZ A CABRAL

O deputado Bernardo Cabral anda sendo cobrado por tudo e todos na elaboração de seu novo substitutivo. Anda também com falta de luz: foi gravar um depoimento ao deputado e jornalista Roberto D'Ávila nos estúdios da TV-Brasília, mas desistiu de sua defesa, tempos depois, pela persistente falta de energia no estúdio. Há que lhe dar luz.

OPOSICIONISMO CRÔNICO

O sistema de articulação pró-manutenção do “status quo” presidencialista interpreta a onda em favor do parlamentarismo como um sucedâneo à campanha dos 4 anos de mandato para o presidente Sarney, hoje esvaziada, tanto que o comício de Belo Horizonte, para a defesa da causa, não levou sequer o deputado Fernando Lyra.



Nu com a mão no bolso (com Alexandre Garcia)

RENATO RIELLA Secretário de Redação

Na noite de quarta-feira, uma jornalista e um deputado faziam amor no gramado próximo ao Congresso Nacional. Deixaram as roupas amontoadas num canto e nem perceberam a aproximação de alguns garis, que acabaram levando-as, com documentos, chave de carro e outros pertences.

Esta história foi contada pelo jornalista Alexandre Garcia no Jornal de Manchetes, na noite de quinta-feira, provocando rebulico nos meios políticos brasileiros. Editores de jornais de diversos estados ligaram imediatamente para a redação do CORREIO, tentando obter confirmação para o flash da Manchete, mas sem nenhuma indicação mais precisa.

Ontem, repórteres de jornais que cobrem as atividades do Congresso corriam atrás da confirmação dessa notícia. Sabe-se que, na tarde de quinta-feira, o fato foi comentado em tom irreverente pela Rádio Globo FM, em Brasília, envolvendo uma jornalista chamada Silvana, que não trabalha em jornal, mas presta serviços a um órgão público e que costuma circular pelo Congresso.

Na 1ª Delegacia de Polícia há realmente referência a essa jornalista,

que perdeu os seus documentos e foi buscá-los justamente na noite de quarta-feira. Policiais da 1ª DP pensavam que ela havia sido vítima de algum crime sexual. O certo é que, segundo se comenta na delegacia, Silvana apareceu por lá vestida com um camisã de homem, como minissã, e acompanhada de um deputado (que a princípio se pensava ser amazense, mas ontem já se admitia ser do Sul do País).

Consta que os dois, depois de ficarem sem roupa em plena Esplanada dos Ministérios, foram até o Garvey Hotel, onde o deputado mora, buscar roupas. Mas lá só havia roupas masculinas, daí a vestimenta estranha da jornalista na 1ª DP.

Envolvida nesse estranho episódio, Silvana ontem negava o escândalo e por isso mesmo não queria falar sobre o deputado. Ela disse que apenas perdeu seus documentos. Com isso, a criatividade (se houver) fica por conta de Alexandre Garcia, aquele mesmo que foi demitido do cargo de portavoza da Presidência da República, no governo Figueiredo, depois de dar uma entrevista erótica à revista Ele & Ela.

Mas que todo mundo quer saber quem é este deputado, isso é a pura verdade.